

Economia *- Brasil*

A CRISE SEM FRONTEIRAS

Aumento generalizado de impostos, com elevação da CPMF para 0,25%, faz parte do pacote fiscal

Medidas duras

CLAUDIA SAFATLE E
CRISTIANO ROMERO

BRÁSILIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso recebe, amanhã, propostas audaciosas de aumento de impostos - sobre cheques, importações e renda - para compor o pacote de ajuste fiscal, que combina aumento da receita tributária com cortes de gastos públicos, para este ano e para o ano que vem. O governo pretende aumentar as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bens de consumo como bebidas e cigarros. Deverá aumentar, também, no prazo de 90 dias, a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF, o imposto sobre os cheques) de 0,20% para 0,25%.

Com o acréscimo na alíquota da CPMF, o ganho de arrecadação para 1998 é estimado em R\$ 1,8 bilhão. A CPMF representa hoje uma receita anual de R\$ 7,5 bilhões e esta saltaria para R\$ 9,3 bilhões no ano que vem. Os importadores também deverão pagar mais tributos. Há margem para aumentar alíquotas de importação, ao elevar as receitas, ao mesmo tempo em que restringirá as compras externas, melhorando o desempenho da balança comercial. Uma providência que terá que ser negociada com os países do Mercosul.

A equipe econômica está trabalhando neste fim de semana para concluir esse conjunto de medidas "duras" (uma expressão do próprio governo), que será anunciado amanhã. "O aumento da arrecadação de impostos tem que pesar sobre quem já paga", disse uma fonte oficial do governo, no que está envolvida na elaboração das medidas. Empresas e bancos também deverão pagar mais impostos.

O Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) vai subir novamente. O tributo, que era de 43% no máximo, foi reduzido para 25% (15% de imposto, mais um adicional de 10% acima de um determinado patamar de faturamento). Agora, irá além desse patamar. Outra medida que afetará as empresas é a restrição à declaração com base no lucro pre-

sumido. Hoje, empresas com faturamento de até R\$ 12 milhões ao ano podem fazer declaração simplificada, estimando o lucro, sem necessidade de apresentar contabilidade. Esse limite será reduzido para que mais empresas declarem e paguem com base no lucro real.

Incentivos fiscais podem ser eliminados. Essa é uma parte do pacote que enfrentará dificuldades políticas para ser aprovada, mas "o momento é muito difícil", avaliou uma fonte do governo, indistintamente que até mesmo tabus deverão ser derrubados para evitar que a crise financeira internacional ponha em risco três anos de estabilização conquistados a duras penas. Doações ao Estatuto da Criança e do Adolescente e ao Fundo Nacional de Cultura, que hoje consomem 2% da arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) - ou R\$ 200 milhões - podem ser eliminadas. Incentivos e benefícios fiscais que representam, hoje, R\$ 17,3 bilhões (18% da receita tributária total da União) que o governo deixa de arrecadar também serão cortados.

Corte de gastos - A primeira reação da equipe econômica, para enfrentar a crise que abalou as bolsas no mundo e a confiança dos investidores no Brasil, foi cortar gastos públicos. Ao longo da semana, percebeu-se que o ajuste fiscal tem que ser maior do que os cortes permitim. Começou-se, aí, a buscar o aumento das receitas.

O espaço para cortar despesas é pequeno. Segundo o economista especialista em contas públicas, Raul Velloso, a União gasta, hoje, 56% das receitas disponíveis com benefícios sociais para quem não trabalha. São 37% com previdência social, 16% com inativos e pensionistas da União e 3% com seguro-desemprego. Somam-se a isso mais 21% destinados à folha salarial dos funcionários ativos, e restam pouco mais de 20% da receita para financiar todo o resto: da Saúde e Educação aos gastos militares e custeio em geral da máquina pública.